

Os pobres, ganhando cada vez menos. Já os ricos...

BÁRBARA OLIVEIRA

Uma das heranças mais amargas que este triste espólio de três décadas reserva ao novo presidente é a brutal concentração de renda nas mãos dos mais ricos e o alijamento das camadas mais pobres — e que são a esmagadora maioria — dessa mesma riqueza. O fosso fica cada vez maior entre esses dois brasis — o pobre e o rico — e provoca disparidades sociais tão grandes que dificilmente serão solucionadas se não forem tomadas medidas corajosas de combate à inflação, de adoção de uma política fiscal e salarial mais justa e, como objetivo final, de crescimento econômico, para uma redistribuição de renda mais igualitária.

Levantamento recente do Banco Mundial revela que os 20% de brasileiros mais ricos concentram nada menos do que 67% da renda nacional, enquanto que, de outro lado, os 40% mais pobres detêm apenas 7%. O IBGE, em sua Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, acrescenta um dado estarrecedor: 52% dos eleitores brasileiros ganham, no máximo, um salário mínimo, e 21,8% recebem entre um e dois mínimos.

O salário mínimo foi criado pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1938, para que fosse possível ao trabalhador comprar a ração básica. A Constituição de outubro do ano passado reafirma que o salário mínimo deve atender às necessidades vitais básicas do trabalhador e de sua família, com moradia, alimentação, transporte, educação e saúde, entre outras. Pura retórica.

O atual salário mínimo (NCz\$ 557,33) mal dá para fazer as compras de supermercado e pouco sobra para as despesas com transporte. Ele não é suficiente para cobrir as despesas de moradia, nem se poderá pensar que com ele será possível comprar roupas, artigos de higiene e muito menos assumir gastos com a saúde ou o lazer. Não é à toa que o salário mínimo brasileiro é um dos menores do mundo, só se igualando ao de países latino-americanos como o Uruguai ou Peru.

Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), em outubro, o salário mínimo necessário para que o trabalhador viva com dignidade deveria ser de NCz\$ 2.474,37, contra os NCz\$ 381,73 oficiais do mesmo mês. Para novembro, as estimativas do Dieese superam NCz\$ 3.500,00.

É curioso notar que em 1940, dois anos após ter entrado em vigor, o salário já perdia seu poder de compra. Essa escala decrescente continuou durante 15 anos. Foi somente no governo Juscelino Kubitschek, nos anos dourados de 1955/60, que o salário readquiriu seu valor real. Nesse período, que marcou os anos prósperos na década de 50, o salário mínimo chegou a ter um poder de compra 22% acima de seu valor nominal. Na década de 60 ele foi novamente perdendo o fôlego, para chegar ao nível mais baixo em 1987: apenas 36,31% de seu valor de 1940. Em 1989, a situação permanece: vale apenas 36,74%.

O que eles propõem